

"O judeu é o turco de prestação": etnicidade, assimilação e imagens das elites sobre árabes e judeus no Brasil*

Jeffrey Lesser**

** A pesquisa para este artigo foi realizada com o apoio do R. Francis Johnson Faculty Development Fund do Connecticut College e com bolsas do American Council of Learned Societies, da Lucius N. Littauer Foundation e da Memorial Foundation for Jewish Culture. Recebido para publicação em agosto de 1994.*

*** Professor assistente de história no Connecticut College, New London.*

Árabes e judeus foram apenas dois grupos inseridos em uma "questão imigratória" que atormentou intelectuais e políticos brasileiros durante a época Vargas, tanto na esfera federal quanto na estadual. Esse debate se iniciou com vigor com a abolição da escravidão em 1888, quando as elites começaram simultaneamente a encorajar a entrada de imigrantes considerados desejáveis enquanto incentivavam a proibição da entrada de imigrantes da Ásia e da África. Em outras palavras, esperava-se que os imigrantes viessem a se tornar veículos que transformariam a cultura brasileira de negra em branca.

Enquanto o branqueamento sempre foi um componente fundamental da definição de imigrante desejável, por volta de 1930, o sentido da palavra branco se restringiu até ficar limitado àqueles que eram cristãos, europeus e agricultores. Árabes e judeus, dois grupos que ficavam fora da categoria dos desejáveis, eram um desafio especial porque, mesmo não sendo proibidos de entrar no Brasil, as elites tampouco esperavam que eles entrassem.

Palavras-chave: árabes, Estado Novo, estereótipos, etnicidade, imigração, imigrantes, judeus, mascles, nativismo, preconceito, xenofobia.

Na década de cinquenta Aziz Maron, líder do Partido Trabalhista Brasileiro na Bahia,¹ deputado federal de 1951 a 1959 e descendente brasileiro de sírios/libaneses, contou uma história que pode ser verdadeira ou não, mas que chegou a nós com o título "Getúlio e os dois semitas". Segundo Aziz, ele e um jornalista se encontraram com Getúlio Vargas um dia, em 1954, na Sala de Imprensa do Palácio Tiradentes. Durante a conversa o jornalista, que permaneceu anônimo, perguntou a Vargas se fora inteligente de sua parte ter Ricardo Jafet, um paulista de ascendência libanesa e presidente do Banco do Brasil, e Horácio Láfer, filho de imigrantes judeus europeus e ministro da Fazenda, trabalhando juntos em duas posições relacionadas e fundamentais.²

Getúlio quis conhecer o "porquê" da admiração do interlocutor e este ponderou:

— Mas, Presidente, V. Exa. nomear um árabe e um judeu. Eles vão guerrear! Vão fazer do seu governo uma verdadeira Palestina!

— Não tenha susto — obtemperou Getúlio. — No fim dá tudo no mesmo. Ambos são semitas, Láfer e Jafet. Árabes e judeus brigam pela "presa" maior e depois se entendem.

E, virando-se para o deputado:

— Aqui está o Maron, que também tem sangue árabe e compreende bem a sua raça (...). (Queiroz Júnior, 1955, p. 179.)

A história de Aziz Maron mostra uma ligação de árabes e judeus sob dois aspectos.³ O primeiro é esperado. No início dos anos cinquenta, quando essa conversa teria tido lugar, a divisão da Palestina e o estabelecimento do Estado de Israel claramente

fizeram com que árabes e judeus parecessem inimigos eternos. Mas a resposta de Getúlio Vargas na história não se baseou na luta contemporânea pela terra de Israel. Em vez disso, mostra uma profunda e relativamente bem desenvolvida noção de judeus e árabes como uma raça, como membros de um só povo, mais semelhantes que diferentes.

Getúlio Vargas não ligou judeus e árabes simplesmente por imaginá-los como parte de uma raça exoticamente charmosa. Nem tampouco o líder brasileiro baseou seus comentários numa noção profundamente socializada de árabes e judeus como "outros" deixados pela reconquista e pela Inquisição portuguesa. Em vez disso, os comentários de Vargas mostram-no como herdeiro de uma tradição intelectual e política voltada a criar uma identidade nacional brasileira modelada segundo linhas econômicas e sociais de caráter europeu ocidental. Em outras palavras, judeus e árabes, como todos os outros grupos de imigrantes no Brasil, eram vistos como parte de uma problemática questão social que opunha grandes proprietários de terras exigindo mão-de-obra dócil e barata a uma classe média urbana cada vez mais poderosa e para a qual o nacionalismo e a xenofobia eram importantes ferramentas políticas e econômicas.

Árabes e judeus eram apenas dois grupos enredados numa "questão do imigrante" de maior amplitude, que infestava os intelectuais e formuladores de políticas públicas nos níveis federal e estadual. Esse debate veio para o primeiro plano com a abolição da escravidão em 1888, quando as elites simultaneamente começaram a encorajar o ingresso de imigrantes "desejáveis", enquanto proibiam a imigração de africanos e asiáticos. Em outras palavras, esperava-se dos imigrantes que fossem ve-

culos pelos quais a cultura brasileira seria transformada de negra em branca. À altura de 1930, porém, ficara claro que os imigrantes raramente se ajustavam com perfeição às expectativas e ocorreu um recuo impulsionado pelo deslocamento econômico urbano que se seguiu à depressão mundial. Embora a *brancura* sempre tivesse sido um componente básico da definição de imigrante desejável, em 1930 a definição de *brancura* se havia estreitado progressivamente para incluir apenas quem fosse cristão, europeu e pronto a se estabelecer em áreas rurais. Árabes e judeus, dois grupos situados fora das categorias desejáveis, constituíam um desafio particular porque, embora não fossem proibidos de entrar no Brasil, nunca se havia esperado que migrassem para o país.

O objetivo deste artigo é examinar como esses diferentes grupos de imigrantes, oriundos de diferentes áreas do mundo, chegando em épocas diferentes, foram ligados por políticos e intelectuais brasileiros em meados do século XX. Vamos analisar por que, apesar do fato de a maioria dos árabes e judeus que imigravam para o Brasil ser branca, e de a maior parte dos árabes ser também cristã, ambos os grupos foram muitas vezes considerados não-brancos. Vamos apontar que um importante componente da reação negativa aos imigrantes judeus e árabes era que, diferentemente dos japoneses, eles não desempenhavam papéis econômicos aceitáveis na agricultura rural, concentrando-se em vez disso em áreas urbanas e em ocupações comerciais. Isso levou árabes e judeus a se tornarem um dos grupos de imigrantes mais visíveis do Brasil urbano no período de intensa xenofobia que se seguiu a 1930 (Knowlton, 1955, p. 209, e Durand, 1985).

A primeira onda verdadeira de imigrantes libaneses e sírios chegou à região

amazônica nas décadas de 1880 e 1890.⁴ Entre 1870 e 1947 cerca de 80 mil sírios/libaneses (não-turcos) migraram para o Brasil, a terceira nação mais importante da América em termos de destinação para os árabes, depois dos Estados Unidos e da Argentina.⁵ A maioria dos sírios e libaneses que emigraram para o Brasil era constituída de católicos ou gregos ortodoxos, embora talvez 15% fossem muçulmanos, o que representava as tendências gerais da emigração para as Américas (Gordon, 1980, p. 112). A experiência dos imigrantes judeus não foi muito diferente daquela dos sírios/libaneses. Alguns judeus, principalmente do Norte da África, haviam migrado para a Amazônia no século XIX a fim de tirar vantagem do *boom* da borracha, enquanto "imigrantes empreendedores sírios, libaneses e judeus (...) acabaram [vindo a] exercer o controle quase total do comércio de castanhas do Brasil" (Weinstein, 1983, p. 260). No início do século XX, contudo, a maioria dos judeus que chegava ao Brasil vinha do Leste Europeu. Muitos judeus e árabes vieram para o Brasil por não conseguirem obter vistos para os Estados Unidos ou a Argentina, ou por terem sido enganados por companhias de navegação inescrupulosas, que prometiam aos imigrantes levá-los para a "América" e os desembarcavam no Rio de Janeiro ou em Santos.

No primeiro quartel do século XX, a situação começou a mudar. Imigrantes libaneses, sírios e judeus começaram a reavaliar o potencial do Brasil e descobriram que ele oferecia uma atraente opção para quem desejasse mudar de país. Imigrantes árabes e judeus que haviam planejado migrar de novo do Brasil para a Argentina muitas vezes permaneciam depois de descobrir uma economia revitalizada. Pessoas que haviam imigrado para o Brasil falavam e escreviam favoravelmente sobre sua pros-

peridade em pequenas e grandes cidades do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e enviavam uma nova mensagem às suas terras natais: o Brasil era agora uma terra de riqueza potencial (Knowlton, 1955, p. 50; Lesser, 1989, p. 99).

Com substancial crescimento econômico e industrial, especialmente após a I Guerra Mundial, o Brasil constituía um novo lar perfeito para os que vinham tanto do Leste Europeu quanto do Oriente Médio. O total da imigração do Leste Europeu cresceu para mais de 93 mil pessoas entre 1924 e 1933, dez vezes o número correspondente à década anterior. Entre 35% e 50% dos imigrantes provenientes do Leste Europeu eram judeus, a maioria da Polônia, embora os da Romênia, Letônia e Lituânia também estivessem representados (RIC, 1940, p. 641-2). No mesmo período, a imigração proveniente do Oriente Médio cresceu 74%, alcançando 28.344 pessoas, significativo acréscimo à já ampla população árabe (*idem, ibidem*). A entrada de sírios aumentou de mil pessoas entre 1914 e 1923 para mais de 14 mil entre 1924 e 1933. Para os sírios, libaneses e judeus envolvidos em atividades comerciais, a economia brasileira em desenvolvimento deve ter parecido atraente. A maioria dos imigrantes libaneses, sírios e judeus, portanto, chegou ao Brasil antes do fim da II Guerra Mundial, embora a maioria dos judeus europeus tenha chegado entre 1924 e 1936, todos uma geração depois do estabelecimento de uma ampla comunidade de fala árabe.⁶

Não apenas eram similares os padrões de imigração para o Brasil de sírios/libaneses e de judeus da Europa Ocidental — paralelos ocupacionais também podem ser encontrados. Uma vez que poucos imigrantes chegavam com o capital necessário para

comprar uma loja ou fábrica, eram populares as ocupações que não exigissem um grande investimento inicial. Muitos imigrantes sírios, libaneses e judeus, portanto, tornaram-se mascates e esses grupos vieram a ser confundidos com o pequeno comércio itinerante (Safady, 1973). Embora alguns europeus mascateassem em meados do século XIX, a prática em larga escala começou com os imigrantes sírios/libaneses, que descobriram que a abolição da escravidão havia criado uma expansão dos mercados sem o paralelo crescimento do sistema de distribuição de mercadorias (Safady, 1972 e 1971). Os mascates sírios/libaneses começaram a exercer sua influência durante o *boom* do café brasileiro do final do século XIX e, à altura de 1900, já eram amplamente identificados com essa ocupação, ainda que muitos deles fossem varejistas e atacadistas urbanos (Bastani, 1945). A profissão de mascate foi, assim, um protótipo da integração econômica tanto de judeus quanto de sírios/libaneses no Brasil. Os mascates judeus e árabes frequentemente forneciam artigos domésticos e de armarinho aos trabalhadores das fazendas de café ou aos moradores das cidades pertencentes às classes socioeconômicas inferiores.

O Brasil constituía um solo econômico fértil para a profissão de mascate e tanto imigrantes judeus quanto sírios/libaneses eram ativos mascates urbanos no início do século XX.⁷ Proprietários de lojas e fábricas, judeus e árabes (cerca de 10% dessas populações imigrantes) vendiam tecidos padronizados ou utensílios domésticos a crédito aos recém-chegados, frequentemente escolhendo agentes que eram parentes ou naturais de suas cidades de origem. Outros encontravam atacadistas através de anúncios nos jornais em iídiche ou árabe, que podiam ser encontrados em to-

das as grandes cidades brasileiras. Isso montou o palco para a ampliação da atividade dos mascates urbanos depois da I Guerra Mundial, quando a expansão industrial do Brasil levou a um significativo crescimento da população. A nova e relativamente ampla classe média desejava produtos antes indisponíveis, mas, de modo semelhante à situação imediatamente após a abolição, a distribuição de produtos não progrediu com tanta eficiência quanto o crescimento industrial. A redistribuição do capital e as novas demandas não foram seguidas pela disponibilidade, e os mascates distribuíam produtos de maneira eficiente e barata.

Alguns mascates sírios/libaneses levavam seus produtos no lombo de mulas pelo interior de São Paulo e Paraná⁸ e "viajavam habitualmente em grupos de dois, um tanto devido à insegurança de certos lugares, mas também para facilitar os seus negócios"; os mascates judeus faziam o mesmo, embora se concentrassem nos centros urbanos (Deffontaines, 1936, p. 28). Um mascate experiente ajudava o novato a ganhar algum dinheiro enquanto lhe ensinava o português e a conversa de vendedor. Esse sistema funcionava bem, e um observador notou:

A pouco e pouco, vai o neófito adquirindo, com o conhecimento rudimentar da língua, o da moeda, o dos costumes e o das ruas. (Moraes, 1936, p. 105.)

Embora levassem tempo para formar uma clientela e obter um conhecimento funcional de vendas, os mascates urbanos frequentemente ganhavam até três ou quatro mil-réis por dia, cerca do dobro do salário diário médio na época. Nas áreas rurais, sal, tecidos e chapéus eram vendidos com

mais frequência, mas, dada a falta de capital disponível, era comum que aceitassem em troca outros artigos. Os mascates foram fundamentais no estabelecimento do sistema de crédito no Brasil e isso desempenhou um papel em ajudar os sírios/libaneses a ganhar uma base tanto no Rio de Janeiro e São Paulo quanto em cidades menores do interior. Os laços econômicos entre as áreas rurais e urbanas cresceram na medida em que mascates imigrantes frequentemente compravam de atacadistas imigrantes que haviam chegado e se estabelecido mais cedo. Essas relações pessoais permitiam que o crédito se estendesse ao mascate e, dele ou dela, ao cliente.

Embora o número de mascates libaneses, sírios e judeus fosse elevado, preconceitos populares reforçaram o estereótipo do "típico imigrante do Levante [que] era um jovem empobrecido [que] começou sua carreira como um mascate itinerante" (Poppino, 1973, p. 194). À altura de meados da década de trinta, alguns intelectuais brasileiros começaram a afirmar que o sucesso nessa atividade era biológico, a despeito do fato de poucos sírios/libaneses ou judeus terem sido mascates antes da migração. Pierre Deffontaines, professor da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, escreveu em 1936 que, quando os sírios/libaneses

descobriram o Brasil, a sua propensão toda acentuada para o comércio ambulante os fez precipitarem-se para lá em multidão. Graças a suas qualidades hereditárias (...) suplantando facilmente os primeiros mascates. (Deffontaines, 1936, p. 27.)

Mais recentemente, Richard Morse afirmou que, embora os italianos monopolizassem a atividade de mascate até a década

da de 1880, "logo eles seriam deslocados pelos sírios, ainda mais astutos" (Morse, 1958, p. 175). Havia suposições similares sobre os judeus. Um diplomata brasileiro chegou a proclamar que todos os imigrantes judeus eram "parentes velhos de vendedores de móveis e sogros de técnicos em bombons".⁹

O estabelecimento dos sírios/libaneses e dos judeus do Leste Europeu foi um processo em três etapas no qual os poucos imigrantes que chegavam com algum capital frequentemente davam o primeiro passo. Os destituídos de fundos geralmente mascateavam e começavam a acumular capital. Embora os que possuíam habilidades por vezes trabalhassem como assalariados, mascatear era, muitas vezes, mais lucrativo.

Acumulando capital, muitos eram capazes de comprar uma pequena loja ou fábrica, posição em que começavam os imigrantes que chegavam com algum dinheiro. Isso levava a uma acumulação de capital mais rápida e capacitava o imigrante a chamar outros familiares e assim expandir o negócio. Imigrantes sírios, libaneses e judeus foram promovidos a um estrato econômico cada vez mais elevado e Clark Knowlton relata que o número de firmas sírias e libanesas inscritas no almanaque comercial de São Paulo cresceu de seis em 1895 para 500 em 1901 (Knowlton, 1955, p. 113). Como apontou José Carlos Durand, um importante componente do processo de industrialização no Brasil foi a criação de espaços para pequenas empresas com "acentuada concentração de estrangeiros de uma mesma nacionalidade em um ou poucos ramos de atividade" (Durand, 1985, p. 112). Essa concentração ajudou tanto os imigrantes judeus quanto os sírios/libaneses a ascenderem na escala econômica.

Permanecer como mascate ou trabalhador assalariado apenas até acumular capital para comprar uma pequena loja ou fábrica era especialmente comum no Sul do Brasil, orientado para o comércio. Com os fundos obtidos no comércio urbano e rural, muitos mascates sírios/libaneses se capacitavam rapidamente a abandonar as vendas itinerantes e começar a alugar pontos-de-venda nos mercados urbanos. Essa tendência ao reinvestimento de capital foi reforçada pela decisão do governo municipal de São Paulo, em 1907, de construir um mercado e forçar legislativamente os mascates a venderem ou alugarem espaços. No Rio, leis semelhantes forçaram a maioria dos mascates a adquirir seus pontos e, não-intencionalmente, ajudaram a impulsionar o crescimento econômico individual.

À altura de 1915, imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes dominavam as vendas de têxteis em pequena escala em São Paulo e no Rio de Janeiro. Típico das comunidades imigrantes, os sírios e libaneses no Brasil frequentemente concentravam suas lojas nas áreas em que residiam, criando bairros étnicos extremamente visíveis (Safa, 1960, p. 55-7). Um acadêmico comentou a "invasão da Rua 25 de Março pelos sírios e libaneses" e outro observou que o bairro em torno dela estava cheio de "músicas árabes e os fregueses falam mais em língua estrangeira do que na língua do País" (Knowlton, 1955, p. 112; Araújo, 1940, p. 231). Em meados da década de vinte, grande parte da nascente indústria têxtil de São Paulo era controlada por pessoas de ascendência síria ou libanesa, assim como a maioria das lojas situadas nas principais ruas comerciais do Rio de Janeiro. Essa rápida ascensão econômica não passou despercebida e "logo cresceu a lenda do esfarrapado que fica rico" (Poppino, 1973, p. 194).

Ao mesmo tempo em que os sírios/libaneses se encontravam em posição de adquirir lojas e fábricas nos crescentes centros industriais do Brasil, os judeus começavam a chegar em grande número. Assim, os judeus preencheram os espaços econômicos desocupados pelos antigos mascates árabes. A imensa maioria dos judeus que chegaram antes de 1933 vinha da Polônia e geralmente era urbanizada antes de migrar. Como pelo menos 35% deles chegavam "sem profissão" e não possuíam habilidades vendáveis, não tinham muita escolha senão se tornarem mascates.¹⁰ Frequentemente adquiriam mercadorias de ex-mascates sírios e libaneses que se haviam tornado atacadistas. Já que muitos imigrantes judeus tinham alguma experiência com têxteis antes da migração, frequentemente como alfaiates, eles se dirigiram para esse campo no Brasil, muitas vezes comprando a crédito dos sírios/libaneses.

Ao chegar a I Guerra Mundial, a maioria dos membros da comunidade síria/libanesa não era mais constituída de mascates. Assim, quando a atividade dos mascates imigrantes veio a ser atacada tanto pelas massas quanto pelas elites depois da guerra, o alvo inicial foram os judeus. Em meados da década de trinta, contudo, os árabes, que continuavam a ser estereotipados como mascates, viram-se também sob ataque. Na medida em que o nacionalismo brasileiro assumia um tom cada vez mais antiimigrante, houve uma crescente associação negativa com a atividade de mascate, não surpreendendo que essa ocupação recebesse um apoio ambíguo dos líderes judeus. Preocupava-os

o problema (...) de que a maioria dos imigrantes não tem meios de vida e introduzir uma grande quantidade de

[indivíduos] que vão inchar o número de mascates, o qual já é muito grande, é correr o risco de aumentar o anti-semitismo.¹¹

Os temores não eram infundados. Um assessor comercial brasileiro em Alexandria, Egito, queixou-se ao chanceler Octávio Mangabeira de que

a cada ano, infelizmente, a emigração dos sírios e judeus ao Brasil aumenta (...) podemos dizer corajosamente que estamos povoando o Brasil e formando nossa raça com o que de mais repugnante existe no universo.¹²

Segundo Isaiah Raffalovich, diretor das obras de assistência da Associação Judaica de Colonização no Brasil, o periódico *O Brasil*, editado no Rio de Janeiro, publicou

um virulento artigo anti-semita que prevenia contra a imigração de judeus que não são produtores, mas que virão para cá explorar os habitantes.¹³

Os que tinham qualificações, contudo, inchavam o número de mascates judeus, visivelmente concentrados no Rio de Janeiro e São Paulo. Raffalovich continuou a se preocupar com a reação negativa e encorajou o estabelecimento de sociedades de empréstimo e crédito, afirmando que se devia "formular um sistema e fornecer capital, com o que o recém-chegado" poderia estar "apto a se tornar, no menor tempo possível, independente quanto aos meios de ganhar a vida".¹⁴ Ele também encorajou a Associação Judaica de Colonização a enviar apenas imigrantes dotados de qualificações ou dinheiro, proclamando falsamente que, embora o Brasil oferecesse

"imensas oportunidades para artesãos e artífices qualificados (...) [o país tinha] poucos recursos para (...) aqueles envolvidos no comércio" que não tivessem "capital com que começar".¹⁵

No entanto, se os judeus eram mais frequentemente atacados por mascatearem, tanto eles quanto os imigrantes sírios/libaneses se viam muitas vezes criticados por sua concentração urbana, especialmente após a Revolução de 1930. Liderada por Getúlio Vargas, a revolução tinha cores nacionalistas e levou à aplicação de quotas de imigração em 1934 (Fausto, 1986, p. 29; Suzigan, 1986, p. 74-115). O governo afirmava que muitos dos males de que o Brasil padecia eram causados por imigrantes supostamente inassimiláveis — e o nacionalismo era um meio que o novo regime usava para se estabelecer. Ligando os problemas econômicos do Brasil à imigração e aos imigrantes, Vargas tentava solidificar seu poder entre os elementos insatisfeitos da classe média urbana, proclamando que "uma das causas do desemprego" se encontrava "na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre" traziam "o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente" contribuíam "para o aumento da desordem econômica e da insegurança social".¹⁶ Tanto judeus quanto árabes viram-se marcados em função de suas concentrações urbanas, na medida em que o interesse do Brasil, segundo os formuladores de políticas públicas, era apenas "povoar os campos, [só interessando] receber (...) verdadeiros agricultores (...) constituídos em famílias" (Getúlio Vargas, cit. em Revorêdo, 1934, p. 146).

As taxas de entrada de agricultores entre os imigrantes judeus e sírios/libaneses estavam entre as mais baixas de todos os grupos imigrantes: abaixo de 40% e, no ca-

so dos sírios, abaixo de 30%.¹⁷ Os imigrantes sírios e os poloneses (basicamente judeus) apresentaram os mais altos índices de ingresso de solteiros (acima de 60%) em Santos, entre 1908 e 1936, e isso levava muitas pessoas a questionarem sua moral.¹⁸ Embora as elites afirmassem que "cada uma das etnias" devia "contribuir para o 'melting pot' brasileiro", o que de fato separava os sírios/libaneses e os judeus dos outros imigrantes e os tornava objeto de críticas dos nativistas era o seu rápido sucesso nos ambientes urbanos.¹⁹ A riqueza crescente combinava facilmente com o racismo e o preconceito latentes.

A concentração urbana foi um componente básico da experiência de judeus e sírios/libaneses no Brasil no século XX. Isso significava que os padrões de habitação eram compartilhados, e não surpreende que "os judeus seguissem o mesmo caminho iniciado pelos sírios e libaneses" (Blay, 1984, p. 7). No Rio de Janeiro e em São Paulo, os imigrantes e seus descendentes frequentemente viviam nos andares superiores dos prédios de que eram proprietários ou que alugavam para suas lojas e fábricas. Tendiam a viver em bairros que estavam entre os mais baratos da cidade, situados perto de estações ferroviárias onde fosse mais fácil o transporte de mercadorias e em áreas conhecidas como pontos-de-vendas tanto por atacado como no varejo. Em ambas as cidades, judeus e árabes moravam em bairros estrategicamente localizados entre os mercados (da cidade) e as estações de trem. Num ambiente urbano crescentemente industrial, isso ajudava a impulsionar as vendas, na medida em que os compradores não podiam voltar dos mercados para casa pelas ferrovias locais sem passar por áreas em que mascates e proprietários de pequenas lojas viviam e trabalhavam.

A vida residencial e comercial de judeus e sírios/libaneses se concentrava em áreas físicas específicas. Isso tornava esses grupos altamente visíveis, em especial antes da II Guerra Mundial, quando a assimilação era uma preocupação das elites. A imprensa, os formuladores de políticas públicas e os acadêmicos do Brasil expressavam mais preocupação com respeito às comunidades libanesa, síria e judaica do que seria de esperar em função do seu tamanho. Até a década de quarenta, por exemplo, a maior parte dos sírios/libaneses de São Paulo vivia nas áreas vizinhas da Sé e de Santa Efigênia. Esse tradicional bairro de imigrantes fora estabelecido por alemães e italianos e, já em meados do século XIX, era conhecido pela alta concentração de mascates. Imigrantes sul-europeus, em geral brancos e católicos, causavam pouca preocupação, mas, na medida em que a população síria e libanesa foi crescendo, esta começou a ser estudada a uma luz mais crítica.

Morais Andrade, membro do Congresso Constitucional formado para redigir a Constituição brasileira de 1934, argumentou contra aqueles que só iam "para as capitais formar os bairros de desordem e do crime, que desgraçadamente", para ele, São Paulo conhecia perfeitamente.²⁰ Oscar Egídio de Araújo, um estatístico da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, preocupava-se com o fato de os imigrantes apresentarem "baixos índices de assimilação" e chamou o bairro de "claramente sírio", embora seu próprio censo estatístico mostrasse que os imigrantes árabes não constituíam a maioria (Araújo, 1940, p. 233). Tal comentário negativo não deixou de ter motivação ou consequência política.

Durante o Estado Novo foi grande a preocupação governamental com os "índices de assimilação" e com frequência se

mostrava que os sírios/libaneses tinham baixos índices de "fusão" porque, como afirmou o etnólogo brasileiro R. Paulo Souza (1937, p. 96), "eles ficam juntos". É claro que tais afirmações não se baseavam estritamente na fantasia. Sírios e libaneses exibiam menor propensão do que muitos imigrantes europeus a aceitar a sociedade brasileira européia e, embora apenas 11 dos 211 jornais do estado de São Paulo não fossem publicados em português, quatro deles o eram em árabe.²¹ No entanto, até os que defendiam os árabes o faziam de maneira distorcida. Amarílio Júnior (1935, p. 12), por exemplo, ao comentar que era "raro achar um cafetão sírio", apoiava explicitamente a imigração de sírios, sugerindo implicitamente que estes não eram como os judeus.²²

Os mesmos intelectuais que regularmente afirmavam que a comunidade síria/libanesa não era assimilável atacavam em geral também os judeus.²³ É mais que sugestivo que quase todos os artigos acadêmicos escritos sobre judeus ou árabes no Brasil por pessoas cuja ascendência não fosse nem judaica nem síria/libanesa tenham juntado os dois grupos, frequentemente enfatizando os aspectos econômicos em lugar dos culturais. Um dos mais importantes estudiosos da etnicidade no Brasil, Manuel Diégues Jr., examinou sírios, libaneses e judeus num único capítulo de *Etnias e culturas no Brasil*, obra padrão sobre o assunto (Diégues Jr., 1976, p. 147). Richard Morse, em seu *From community to metropolis: a biography of São Paulo, Brazil*, observou corretamente que os bairros árabes e judeus da cidade não eram guetos, uma vez que nenhuma lei forçava um ou outro dos grupos a viver em áreas específicas. Não obstante, ele singularizou e ligou as concentrações residenciais e comerciais dos sírios/libaneses e dos judeus:

Os sírios se agrupam porque seus mascates e suas lojas monopolizaram um amplo segmento do comércio de artigos domésticos. Os judeus mantiveram as especialidades comerciais tradicionais. (Morse, 1958, p. 254.)

Os comentários de Diégues são semelhantes, embora enfatizando o estereótipo com a afirmação:

"Sua grande atividade era, e é, o comércio. Pode-se dizer que está em suas mãos o comércio internacional. (Diégues Jr., 1976, p. 149.)

Numa série de oito artigos escritos em 1929 sobre "impressões de nossos diversos bairros estrangeiros" para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Guilherme de Almeida (1929a, p. 4) fez comentários sobre as áreas árabes e judaicas da cidade. Segundo ele, o bairro judeu do Bom Retiro estava cheio "de todos os lados [de] casas de roupas feitas, casas de móveis e pelerias". A Rua 25 de Março foi caracterizada como uma artéria em que os atacadistas sírios/libaneses vendiam "em grosso fardos grossos de fazendas grossas, com homens grossos de bigodes grossos, falando grosso" (Almeida, 1929b, p. 6). No contexto brasileiro, tanto árabes quanto judeus eram retratados como ligados exclusivamente às atividades comerciais, de tal forma que o professor Everado Backheuser (1944, p. 14), consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, afirmou explicitamente: "O judeu, de todas as nacionalidades (...), é o turco de prestação."

Porém, se eram os aspectos comerciais dos bairros judeus e sírios/libaneses que intrigavam os intelectuais, era a concentração urbana que os preocupava. Oscar Egídio de Araújo (1940, p. 242) estudou os padrões residenciais de São Paulo e se

preocupou ao descobrir que dois bairros apresentavam baixas concentrações de brasileiros e altas concentrações de "nacionalidades não-europeias":

Procuramos a causa dessa discrepância e chegamos à conclusão de que coincidiam com os pontos de concentração de sírios e judeus.

Isso se baseava na noção intelectual europeia de que o termo "europeu" não refletia aqueles que viviam numa certa área geográfica. Segundo esses pensadores, a Europa abrigava certo número de raças, incluindo, na formulação mais ampla, os indesejáveis judeus e ciganos, que estavam sendo rejeitados pelos "europeus". No Brasil, contudo, essas idéias foram reformuladas, de modo que muitos membros da elite brasileira igualavam branco a europeu e europeu a cristão. Os judeus, como não eram cristãos, não eram brancos e, portanto, não eram europeus.

A idéia de que os judeus eram um "outro" não-europeu pode ser vista na caracterização do Bom Retiro por Guilherme de Almeida como "O Ghetto". Com isso ele provavelmente pretendia criar uma imagem dupla que combinasse a noção de um bairro urbano centro-europeu, onde os judeus eram claramente segregados da sociedade envolvente, com a pobreza e a alteridade que os não-judeus frequentemente associavam ao *shtetl* da Europa Oriental.²⁴ O Bom Retiro, porém, não era uma área residencial a que os judeus estivessem confinados por força da lei nem era particularmente devastada pela pobreza. No entanto, a imagem de Almeida (1929, p. 4) era importante, uma vez que ele claramente acreditava serem os judeus, de certo modo, menos que totalmente humanos:

Cara a cara com a primeira cara do 'Ghetto' paulistano. Cara? Barba: barba e nariz. O primeiro judeu.

Egídio de Araújo (1940, p. 240) via a área a uma luz similar e se preocupava com o fato de no Bom Retiro tudo ser "falado e cantado em jiddisch":

Mas não são somente estas as coisas típicas do bairro. Há as peixarias e o clássico gorrinho preto que, em geral, acompanha uma barba quadrangular respeitável.

Ademais, refletindo as preocupações de R. Paulo Souza sobre os sírios/libaneses, Egídio de Araújo observou que uma pesquisa feita fora do Brasil havia revelado que "o grupo judeu" havia apresentado "baixo coeficiente de homogeneidade e índice nulo de fusibilidade" (Araújo, 1940, p. 244). Os judeus, em outras palavras, não se assimilavam.

Em quase todos os casos, os comentários demonstrando que os judeus eram inassimiláveis, e portanto indesejáveis, tinham paralelo, em geral no mesmo livro ou artigo, com outros semelhantes sobre os árabes. Oliveira Viana, por exemplo, um dos mais importantes teóricos da etnicidade do Estado Novo, encontrou suficientes similaridades e causas potenciais de preocupação para escrever a respeito em "Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica", publicado na *Revista de Imigração e Colonização*, periódico editado pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC), o serviço de imigração do regime Vargas (Viana, 1940). Pierre Deffontaines (1936, p. 29) se queixava de que na cidade de Bauru "o quarteirão mais rico" era "habitado em grande parte por sírios" e que o local de residência preferido

em São Paulo, na Avenida Paulista, estava cheio de "quarteirões de 'novos ricos', com suas casas extravagantes e exageradas". Clark Knowlton seguiu inconscientemente essa linha, no final da década de cinquenta, ao observar que os sírios/libaneses "começaram a se infiltrar no Jardim América e no Jardim Europa, recém-formados subúrbios residenciais de classe média e alta" (Knowlton, 1955, p. 188, grifo meu). Guilherme de Almeida (1929, p. 6), prosseguindo na sua preocupação, e na de Egídio de Araújo, com os pêlos faciais de árabes e judeus, definiu o bairro sírio/libanês como de:

Bigodes, só bigodes (...). Só homens. Nem uma única mulher. Acredito levemente na existência de haréns.

As preocupações de Almeida expressavam a típica perspectiva "orientalista", que combinava sensualidade e fantasia:

*Sírios aloirados de Beirute, de Damasco, de Jerusalém, abotoados nas capas de borracha, ondulam, majestosos, como as águas do Eufrates perfumadas de amoras e tabaco (...). Árabes morenos, regougando a sua linguagem de consoantes secas, áridas, arenosas como os desertos.*²⁵

Manuel Diégues Jr. escreveu:

Quando um "turco" chega a uma rua para atividade comercial, a rua logo se transforma; toma outro colorido, um colorido quase étnico (...) logo a fisionomia da rua [toma] o (...) caráter sírio ou libanês. (Diégues Jr., 1976, p. 147.)

Essa conexão do comercialismo sírio/libanês, aparentemente — e portanto er-

roneamente — sem atividade cultural, foi ecoada em tempos mais recentes por Knowlton (1955, p. 297), que afirmou, baseado em entrevistas com membros da comunidade síria/libanesa, que "o interesse em literatura, poesia e artes, tão característico de tantos grupos árabes no Oriente Médio, não faz parte da cultura da colônia síria/libanesa em São Paulo". No entanto, a Nova Liga Andalusia, com base em São Paulo, publicava sua própria revista literária e era correlativa de um grupo novaiorquino do mesmo nome. A liga constituiu um foco para a vida intelectual síria/libanesa no Brasil e em toda a América Latina (Safady, 1973, p. 119). Ademais, é grande o número de poetas e escritores de ascendência árabe no Brasil, sendo que alguns dos mais importantes escritores da *mahjar* (diáspora) são brasileiros, mais notadamente Fauzi al-Ma'luf.²⁶

As ligações entre árabes e judeus também tiveram lugar nos salões do Congresso, especialmente por parte dos que desejavam dar a impressão de que o Brasil estava sendo tomado por indesejáveis. Tal foi o caso em 1933 e 1934, quando a Liga das Nações sugeriu que o Brasil aceitasse um grande grupo de cristãos assírios (considerados árabes pelos comentaristas brasileiros), cujos clamores por autonomia não eram corroborados após o fim do mandato britânico no Iraque (Marr, 1985, p. 57-9; Husry, 1974a e 1974b). Mas não eram apenas os refugiados assírios que eram atacados como indesejáveis. Em vez disso, eles eram associados aos judeus a fim de que o plano parecesse ainda mais intolerável. Costa Rego, escrevendo para *O Correio da Manhã*, do Rio, apontou que os assírios eram ruins, mas os judeus alemães eram, "em certos respeitos, pior[es] ainda" (Rego, 1935). Os assírios, afirmava a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

em editorial publicado pelo *Jornal do Commercio* do Rio, eram como os judeus, um inimigo militar que derrotaria culturalmente o Brasil, caso lhes fosse permitido penetrar suas fronteiras:

*A ameaça de uma invasão dos habitantes do Iraque, que a Inglaterra quer pôr no Paraná, foi um sinal de alarme que acordou nosso povo e o alertou contra certas correntes de imigração. Nos referimos em particular aos Japoneses e aos Judeus que, por certas razões, são imigrantes indesejáveis rejeitados por todas as nações que precisam da mão-de-obra estrangeira.*²⁷

Não surpreende que os deputados brasileiros tenham rejeitado o plano da Liga das Nações.

Não se deve ter a impressão de que a ligação entre judeus e árabes fosse algo estabelecido apenas por não-semitas. Com efeito, parece que árabes e judeus, ou pelo menos aqueles que se pensava serem judeus, tinham dificuldades em operar independentemente uns dos outros. Esse aspecto é mais bem ilustrado por uma polêmica que teve lugar em 1935, através do *Diário de São Paulo*, entre Herbert Levy, um não-judeu de nome talvez surpreendente que era à época um jovem (34 anos) jornalista e escritor (e mais tarde deputado federal por São Paulo), e Salomão Jorge, poeta e intelectual de origem síria. O tema mais amplo era o da assimilação, aquilo a que um comentarista se referiu como o "nível de fusibilidade das raças" (Júnior, 1935, p. 8). O tema específico, porém, era se o Brasil deveria promover ou desencorajar a imigração de sírios.

O debate começou no final de 1934, quando Levy publicou seu livro *Problemas atuais da economia brasileira* e sugeriu que

os refugiados judeus e alemães dessem ao Brasil "a oportunidade de receber os melhores em artes, ciência, economia, nas letras e em todas as áreas da atividade cultural" (Levy, 1934, p. 104). Levy, contudo, tinha sentimentos diferentes sobre os imigrantes árabes, e especialmente sobre os sírios, que segundo ele deveriam ser proibidos de ingressar no Brasil porque "se dedicavam ao comércio e à especulação (...) sendo difíceis de assimilar (...) [e ainda tendo] qualidades raciais e higiênicas insatisfatórias" (Levy, 1934). Em outras palavras, Levy atacou os imigrantes sírios exatamente na mesma base em que outros atacavam os judeus. Salomão Jorge respondeu criticando *Problemas atuais* como "extraordinariamente medíocre" e afirmando que "o elogio da imigração israelita por Levy foi feito por [ser] o próprio nome (Levy) de origem judaica, e ele próprio judeu ou descendente de judeus".²⁸

Jorge (citado em Júnior, 1935, p. 33-5), porém, resolveu virar o jogo e apontar que era Levy, e não os imigrantes sírios, que realmente não se assimilara à sociedade brasileira. "Onde mora o Sr. Levy?", perguntou Jorge. "Na Bessarábia ou no Brasil?" Por que Levy "insultaria seus irmãos sírios?" De fato, Jorge observou que aquilo que Levy encarava como positivo sobre a imigração judaica era quase exatamente o que atacara nos sírios. Levy apontava criticamente a atividade comercial dos sírios e Jorge respondeu que

nem todos os judeus são cientistas, médicos e filósofos. Uma grande parte é de homens de negócios, banqueiros, economistas e capitalistas.(...) Mascatear é quase uma instituição judaica (...). Se o judeu se apresentasse [como um povo] com ótimas qualidades ra-

ciais, por que não os sírios também?
(Citado em Júnior, 1935, p. 27.)

É uma sorte para nós que Levy fosse tão prolífico quanto era público. Respondendo ao fogo de Jorge, Levy proclamou que, embora não tivesse "nenhum espírito de hostilidade contra qualquer raça", acreditava que os imigrantes envolvidos em atividades especulativas e que viviam basicamente em cidades não eram "convenientes para nosso país" (citado em Júnior, 1935, p. 39). E quanto às afirmações de que Levy era judeu? Segundo Levy, "nem eu nem meus ancestrais próximos são judeus" (*idem*, p. 46). Além disso, de acordo com ele, Jorge não compreendia a questão de abrir as portas do Brasil aos judeus, o que só deveria ser feito "no caso particular dos perseguidos judeus-alemães que nasceram sob a cultura alemã" (*idem*, p. 47). Em outras palavras, parece que Levy aceitava a noção de que os judeus, na maior parte, eram não-europeus, mas modificou essa idéia no caso dos judeus-alemães economicamente aceitáveis.

O debate continuou com base em estereótipos. Levy atacou os imigrantes sírios como muçulmanos polígamos, enquanto Jorge explicou que eles eram, em geral, cristãos monógamos (*idem*, p. 41 e 51). Quando Levy disse que seus ancestrais próximos não eram judeus, Jorge respondeu que os ancestrais remotos de Levy o eram. Levy citou estatísticas sem significado e Jorge respondeu à altura. E o que é mais forte: enquanto Levy apontava que a racista Sociedade dos Amigos de Alberto Torres se opunha à imigração síria, sem sequer mencionar os ataques regulares que ela fazia aos judeus, defensores de Jorge mencionaram os comentários positivos do chefe integralista Plínio Salgado em viagens à Síria sem sequer mencionar sua

posição nativista e antiimigrantes.²⁹ Mesmo em oposição, a imigração árabe e judaica se associava, na medida em que tanto Jorge quanto Levy tentavam defender a imigração de árabes e judeus, mostrando como esses grupos eram realmente não-árabes e não-judeus. Um grupo imigrante bem-sucedido, segundo esses dois escritores e a maioria dos outros intelectuais, era um grupo que deixava para trás a sua cultura.

Eu apontei que uma série de políticos e intelectuais importantes na década de trinta associava árabes e judeus, e geralmente de maneira negativa. Essa ligação era mais um componente de um processo iniciado no século XIX, quando a elite do Brasil tentou criar uma identidade nacional brasileira segundo o modelo europeu ocidental. Essa busca de uma identidade foi inicialmente imaginada como fácil; se grupos claramente indesejáveis, como asiáticos e africanos, tivessem o ingresso proibido, imigrantes desejáveis viriam para o Brasil, mudando, de maneira rápida e suave, o caráter social e econômico do país. O que a elite urbana, crescentemente nacionalista e xenófoba, nunca imaginou é que grupos com que ela nunca se preocupara, e portanto nunca chegara a proibir de entrar no país, pudessem chegar em números significativos.

O nível da preocupação expressa a respeito de árabes e judeus cresceu na proporção direta de seus êxitos econômicos no Brasil. Assim, na medida em que os imigrantes libaneses, sírios e judeus investiram seu próprio trabalho e capital no crescimento da economia brasileira e se concen-

traram em ocupações e bairros específicos nas maiores cidades brasileiras, cresceram entre as elites as preocupações de que sírios, judeus e libaneses fossem inassimiláveis, de que eles nunca se tornariam brasileiros no espírito ou no caráter.

Como a contradição entre os benefícios econômicos que a elite brasileira obtinha desses imigrantes e suas preocupações com respeito a cor, religião e origem nacional se tornou evidente, árabes e judeus passaram a ser foco de comentários na imprensa e no governo, a despeito do tamanho relativamente pequeno de suas populações imigrantes. A adoção de quotas constitucionais de imigração em 1934 e o estabelecimento, no nível retórico doméstico, de uma ditadura antiestrangeira por Getúlio Vargas, em 1937, encorajaram esse processo. Mas a oposição da elite ao ingresso de árabes e judeus não se traduziu no modo como esses imigrantes foram tratados depois de chegarem ao Brasil. Com efeito, libaneses, sírios e judeus moradores no país viram facilitada sua entrada na classe média alta e na política, à medida que a economia brasileira se transformava numa economia industrial urbana de grande escala. As elites brasileiras nunca resolveram realmente a contradição de que, para elas, árabes e judeus eram cultural, étnica e religiosamente indesejáveis e, ao mesmo tempo, economicamente desejáveis. Os imigrantes árabes e judeus, embora alvos regulares de preconceito, ingressaram no Brasil em números significativos nas décadas de trinta e quarenta, ajudando exatamente a criar a sociedade multiétnica que as elites pretendiam evitar.

NOTAS

- O autor agradece os inestimáveis comentários de Ignacio Klich.

1. Aziz Maron foi apenas um de uma longa lista de políticos sírios/libaneses que começaram a se eleger no final da década de trinta. O Partido Trabalhista Brasileiro foi formado em 1945, durante o período de redemocratização que se seguiu aos oito anos de governo quase ditatorial de Getúlio Vargas. O PTB, contudo, foi criado com o apoio ostensivo de Vargas por aqueles que esperavam que ele continuasse a exercer sua influência num Brasil democrático.

2. Jafet era uma das lideranças da forte comunidade libanesa no Brasil, constituída por 350 mil pessoas. Lafer era de igual proeminência entre os cerca de 100 mil judeus no país (ver Safa, 1960, p. 56-8, e Malanud, 1983).

3. Muitas vezes é impossível distinguir sírios e libaneses nos documentos do governo brasileiro, de modo que a expressão "sírios/libaneses" será freqüentemente usada. Quando for possível distinguir entre sírios e libaneses, isso será feito. Embora o termo "árabe" seja usado como sinônimo de "sírio/libanês", deve-se observar que uma leva constante de imigrantes da Síria e do Líbano chegou ao Brasil a partir do final da I Guerra Mundial e que o ingresso de judeus egípcios foi significativo depois da crise de Suez. A menos que se especifique de outro modo, o termo "judeu" vai se referir especificamente àqueles oriundos da Europa Ocidental, auto-identificados como judeus por motivos étnicos, culturais ou religiosos.

4. Sobre os sírios/libaneses da Amazônia, ver Safady, 1973, p. 1-33. Sobre a imigração cristã, ver Hourani, 1946, ou Tibawi, 1969.

5. "Movimento migratório no Brasil de 1819 a 1947", citado em Carneiro, 1950; ver também *Revista de Imigração e Colonização* (daqui por diante, *RIC*), 1940, e Zamir, 1985, p. 15.

6. Como os imigrantes árabes eram categorizados de diferentes maneiras pelo governo brasileiro, as estatísticas raramente coincidem, tornando impossível realizar exames demográficos exatos. Ver Duoun, 1944, p. 89; Poppino, 1973, p. 194; Carneiro, 1950, p. 64; Knowlton, 1955, tabela 1, p. 58-9.

7. Sobre os primeiros mascates no Brasil, ver Goulart, 1967, especialmente p. 165-89; Knowlton, 1955, p. 216.

8. Ver Knowlton, 1955, e Ornellas, 1948. Para uma análise da ascensão econômica dos imigrantes judeus e árabes no Brasil, ver Lesser, 1992.

9. Ciro de Freitas Vale a Oswaldo Aranha, 20 de dezembro de 1939. A 39.12.20. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

10. Registro da Sociedade Beneficente Israelita EZRA (São Paulo). "Jewish immigrants entering Port of Santos, 1928-1932". Arquivo Judaico Histórico Brasileiro, São Paulo.

11. Raffalovich à Associação Judaica de Colonização (Paris), 11 de julho de 1924. Séance du Conseil d'Administration (daqui por diante, SCA), 11 de outubro de 1924, IV, 94. Arquivos da Associação Judaica de Colonização, Londres (daqui por diante, AJC-L).

12. Adido comercial (Alexandria) a Octavio Mangabeira (ministro de Relações Exteriores, Rio), 17 de abril de 1930. Maço 29.625/29 (1291). Arquivo Histórico Itamaraty (Rio de Janeiro). Isso é representativo dos comentários feitos para justificar as políticas restritivas à imigração nas Américas. Ver, por exemplo, Hu-Detart, 1982.
13. Raffalovich à Associação Judaica de Colonização (Paris), 11 de julho de 1924. SCA, 11 de outubro de 1924, IV, 94. AJC-L. A Associação Judaica de Colonização foi formada inicialmente com o objetivo de estabelecer colônias para judeus russos nas Américas. Começou a operar no Brasil em 1904, quando estabeleceu uma colônia agrícola no estado do Rio Grande do Sul. À altura de 1924, ela desistira de promover assentamentos rurais e concentrou esforços em ajudar judeus a deixarem a Europa (ver Lesser, 1991).
14. Raffalovich à Associação Judaica de Colonização (Paris), 11 de julho de 1924. SCA, 11 de outubro de 1924, IV, 94. AJC-L.
15. *Annual Report 1927*. SCA, 15 de outubro de 1928, I, 271. AJC-L.
16. Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930*, vol. II, "Atos da Junta Governativa Provisória e do Governo Provisório (outubro a dezembro)". Rio de Janeiro, 1931, p. 82.
17. "Entradas de imigrantes pelo Porto de Santos, segundo a profissão, 1908-1936". *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração*, 1(1), outubro de 1937, p. 74.
18. "Entradas de imigrantes pelo Porto de Santos, segundo a profissão, 1908-1936". *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração*, 1(1), outubro de 1937, p. 67. Knowlton cita estatística para o mesmo efeito durante 1941.
19. Araújo, 1940, p. 246. Isso é semelhante ao padrão encontrado por toda a América do Sul (ver Solberg, 1970).
20. Moraes Andrade, 55ª Sessão, 22 de janeiro de 1934, in *Anais da Assembléia Nacional Constituinte Organizados pela Redação dos Anais e Documentos Parlamentares*, 6, Rio de Janeiro, 1935, p. 348. Essa Constituição foi a mais liberal do Brasil até aquela data, em termos de garantir as liberdades individuais. Ao mesmo tempo, foi a primeira a impor restrições à imigração.
21. Ver Love, 1980, p. 91. O primeiro jornal em árabe publicado no Brasil, *Al-Faiáh*, foi fundado na cidade de Campinas em 1895. O visconde Philip di Tarrazi (1933) catalogou 95 jornais e revistas em árabe que existiram no Brasil antes de 1933. Safa (1960) menciona a existência de dez jornais em São Paulo.
22. A referência ao rufianismo não surpreende, uma vez que os judeus eram regularmente associados ao tráfico de escravas brancas no Brasil. Com efeito, o termo da gíria brasileira para rufião, "cafetão", provavelmente é uma referência ao cáftan, a túnica tradicional masculina dos judeus da Europa Oriental (ver Lesser, 1989, p. 138-44, e Bristow, 1974, p. 13).
23. Ver "A assimilação do elemento estrangeiro em São Paulo (notas etnológicas sobre os israelitas)". *Planalto*, 1(3), São Paulo, 15 de junho de 1974, sem indicação de autor.

24. O uso do termo gueto por Almeida não deve ser confundido com seu emprego mais recente para significar qualquer área que apresente elevada concentração de uma ou mais minorias (ver Rose, 1986, p. 167).
25. Ver Almeida, 1929, p. 6. A melhor história conhecida sobre "orientalismo" é a de Said, 1978.
26. Ver Safa, 1960, p. 67; Safady, s/d, e Aoun, 1979. Sobre Fauzi al-Ma'luf, ver Badawi, 1975, p. 200-2.
27. Ver "Desrespeitando a Constituição com respeito à imigração — Um apelo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ao presidente da República", *Jornal do Commercio*, 1º de novembro de 1934.
28. Ver "Carta aberta ao Dr. José Maria Whitaker", de Salomão Jorge, citado em Júnior, 1935, p. 25. Usando a mesma lógica distorcida, Jorge também poderia afirmar facilmente que o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, era igualmente judeu, uma vez que Yefet é um nome bíblico comum.
29. Ver Júnior, 1935, p. 43 e 157-61. A Ação Integralista Brasileira, criada em 1932, foi o primeiro movimento fascista brasileiro a obter proeminência. Foi moldada segundo os movimentos fascistas italiano e português, embora usasse ornamentos de inspiração nazista, como as camisas pardas e a letra grega sigma, semelhante à suástica. Seu objetivo nacionalista era um Estado "integral" com um único líder autoritário (ver Trindade, 1979).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Guilherme de (1929a). "Cosmópolis: o 'Ghetto'". *O Estado de S. Paulo*, 31 de março.
- _____ (1929b). "Cosmópolis: o Oriente mais próximo". *O Estado de São Paulo*, 19 de maio.
- AOUN, Farid (1979). *Do cedro ao mandacaru*. Recife, Fida.
- ARAÚJO, Oscar Egídio de (1940). "Enquistamentos étnicos". *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (6), março.
- BACKHEUSER, Everado (1944). "Comércio ambulante e ocupação de rua no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Geografia*, 6(1), janeiro-março.
- BADAWI, M. M. (1975). *A critical introduction to modern Arabic poetry*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BASTANI, Tanus Jorge (1945). *O Líbano e os libaneses no Brasil*. Rio de Janeiro, n.p.
- BLAY, Eva Alterman (1984). "As duas memórias: pequena história da imigração judaica". *Shalom*, 19(223), agosto.

- BRISTOW, Edward J. (1974). *Prostitution and prejudice: the Jewish fight against the White slave trad.* New York, Schocken Books.
- CARNEIRO, J. Fernando (1950). *Imigração e colonização*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia.
- DEFFONTAINES, Pierre (1936). "Mascates ou pequenos negociantes ambulantes do Brasil". *Geografia*, 2(1).
- DÉGUES Jr., Manuel (1976). *Etnias e cultura no Brasil*. São Paulo, Círculo do Livro (primeira edição: 1952).
- DUOUN, Taufik (1944). *A emigração sírio-libanesa às terras de promessa*. São Paulo, Tipografia Árabe.
- DURAND, José Carlos G. (1985). "Formação do pequeno empresariado têxtil em São Paulo (1880-1950)". In: RATTNER, Henrique. *Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência*. São Paulo, Brasiliense.
- FAUSTO, Boris (1986). *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo. Brasiliense.
- GORDON, David C. (1980). *Lebanon: the fragmented nation*. London, Croom Helm.
- GOULART, José Alípio (1967). *O mascate no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, Coleção Terra dos Papagaios.
- HOURLANI, Albert H. (1946). *Syria and Lebanon: a political essay*. London, Oxford University Press.
- HU-DETART, Evelyn (1982). "Racism and anti-Chinese persecution in Sonora, México, 1876-1932". *Amerasia*, 9(2):1-28.
- HUSRY, Khaldun S. (1974a). "The Assyrian affair of 1933 (I)". *International Journal of Middle East Affairs*, 5(2):161-76.
- _____. (1974b). "The Assyrian affair of 1933 (II)". *International Journal of Middle East Affairs*, 5(3):348-52.
- JÚNIOR, Amâncio (1935). *As vantagens da imigração syria no Brasil (em torno de uma polêmica entre os Srs Herbert V. Levy e Salomão Jorge, no "Diário de São Paulo")*. Rio de Janeiro, n. p.
- KNOWLTON, Clark S. (1955). "Spatial and social mobility of the Syrians and Lebanese in the city of São Paulo, Brazil". Tese de doutorado, Vanderbilt University. Publicada no Brasil em 1960, sob o título *Sírios e Libaneses*. São Paulo, Anhembi.
- LESSER, Jeff H. (1989). "Pawns of the powerful: Jewish immigrations to Brazil, 1904-1945". Dissertação de doutorado, New York University.
- LESSER, Jeffrey (1991). "Jewish colonization in Rio Grande do Sul, 1904-1925". *Estudos CEDHAL* (6). São Paulo, USP/CEDHAL.

- _____. (1992). "From peddlers to proprietors: Lebanese, Syrian, and Jewish immigrants in Brazil". In: HOURANI, Albert and SHEHADI, Nadim (orgs.). *The Lebanese in the world: a century of emigration*. London and New York, I. B. Taurus and St. Martin Press, p. 393-410.
- LEVY, Herbert V. (1934). *Problemas actuaes da economia brasileira*. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- LOVE, Joseph L. (1980). *São Paulo in the Brazilian federation, 1889-1937*. Stanford, Stanford University Press.
- MALANUD, Samuel (1983). *Do arquivo e da memória: fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial*. Rio de Janeiro, Bloch.
- MARR, Phebe (1985). *The modern history of Iraq*. Boulder.
- MORAES, Evaristo de (1936). "Judeus sem dinheiro tais como eu vejo". In: PEIXOTO, Afrânio (org.). *Os judeus na história do Brasil*. Rio de Janeiro, Uri Zwerling.
- MORSE, Richard B. (1958). *From community to metropolis: a biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville, University of Florida Press.
- ORNELLAS, Manoelito (1948). *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- POPPINO, Rollie E. (1973). *Brazil: the land and the people*. New York. Oxford University Press.
- QUEIROZ JÚNIOR (1955). *222 anedotas de Getúlio Vargas; anedotário popular, irreverente e pitoresco. Getúlio no inferno, Getúlio no céu*. Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas.
- REGO, Costa. (1935). "Amabilidade de ingleses". *Correio da Manhã*, 27 de fevereiro.
- REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO/IC (1940), 1(4):617-38, outubro.
- REVORÊDO, Júlio de (1934). *Imigração*. São Paulo, Paulista.
- ROSE, Peter I. (1986). "Ghetto". In: *Academic American Encyclopedia*. Darrien, Grolier, vol. 9.
- SAFA, Elie (1960). *L'émigration libanaise*. Beirute, Université Saint-Joseph.
- SAFADY, Jamil org. (1971). *A cultura árabe no Brasil, Líbano e Síria*. São Paulo, Safady.
- _____. (1973). *O café e o mascate*. São Paulo, Safady.
- SAFADY, Jorge (s/d). *Antologia árabe do Brasil*. São Paulo, Safady.
- _____. (1972). "A imigração árabe no Brasil". Dissertação de doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de História.

- SAID, Edward W. (1978). *Orientalism*. New York, Random Houses.
- SOLBERG, Carl (1970). *Immigration and nationalism: Argentina and Chile, 1890-1914*. Austin, University of Texas Press.
- SOUZA, R. Paulo (1937). "Contribuição à etnologia paulista". *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 6(35), janeiro.
- SUZIGAN, Wilson (1986). *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense.
- TARRAZ, Philip di (1933). *Tarikh al-Sihafa al-Arabiya*. Beirute.
- TIBAWI, A. L. (1969). *A modern history of Syria including Lebanon and Palestine*. London, Mac-Millan.
- TRINDADE, Hégio (1979). *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* (2ª ed.). São Paulo, Difel.
- VIANA, Oliveira (1940). "Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica". *Revista de Imigração e Colonização*, 1(4):610-6, outubro.
- WEINSTEIN, Barbara (1983). *The Amazon rubber boom, 1850-1920*. Stanford, Stanford University Press.
- ZAMIR, Meir (1985). *The formation of modern Lebanon*. London, Croom Helm.

SUMMARY

"Jews are Turks who sell on credit": Ethnicity, assimilation and elite images of Arabes and Jews in Brazil

Arabs and Jews were just two of the groups considered in the "Immigration Question" which so perplexed Brazilian intellectuals and politicians during the Vargas era, on both the state and federal levels. This debate was launched with vigor following the abolition of slavery in 1888, when the elites began, on the one hand, to encourage the immigration of groups considered desirable while at the same time attempted to block immigration from Asia and Africa. In other words, it was hoped that immigrants would become the vehicle for chan-

ging Brazilian culture from Black to White. Although "whitening" was always a fundamental component in defining which groups were considered "desirable", in the period around 1930, the definition of White was reduced to include only those who were christian, European, and farmers. Arabs and Jews, two groups who were excluded from the "desirable" category, were a particular problem for the elites because, though they were not denied entrance to Brazil, they were certainly not welcome.

RÉSUMÉ

"Les juifs sont des turcs qui vendent à crédit": Ethnicité, assimilation et images des élites sur les arabes et juifs au Brésil

Arabes et juifs ne sont que deux groupes qui furent impliqués dans une "Affaire d'immigration" qui tourmenta des intellectuels et des hommes politiques brésiliens durant l'époque de Vargas, aussi bien au niveau fédéral que des états fédérés. Ce débat a débuté avec vigueur lors de l'abolition de l'esclavage en 1888, lorsque les élites commencèrent à encourager l'entrée d'immigrants considérés comme souhaitables, incitant l'interdiction d'entrée des immigrants d'Asie et d'Afrique. En d'autres termes, on souhaitait que les immigrants puis-

sent devenir des agents de transformation de la culture brésilienne, lui permettant de passer de noire à blanche. Tandis que le "blanchiment" a toujours été une composante fondamentale de la définition de l'immigrant souhaitable, aux alentours de 1930 le sens du mot "blanc" s'est rétréci jusqu'à se réduire aux chrétiens, européens et agriculteurs. Les arabes et les juifs, deux groupes considérés indésirables, constituaient un problème particulier car, bien qu'étant autorisés à entrer au Brésil, les élites ne désiraient pas qu'ils le fassent.